

«Conversas à volta do Espírito do Lugar»

Montemor-o-Novo, 31 de Maio.

De que necessita um lugar para se tornar evento?

Vítor Oliveira Jorge

Professor aposentado da UP; investigador do CEAACP

No livro colectivo “Genius Loci” *, escreve a abrir o primeiro texto de fundo, intitulado “Cartografias do “Génio do Lugar”, Marie-Ange Brayer (p. 11): “O *genius loci* é tradicionalmente definido como uma alegoria do lugar. Projeção imaginária, é um lugar habitado por um “espírito”, estratificado em referências mitológicas e alegóricas. O seu fundamento encontra-se na ancoragem. O que é que desde logo ele poderia partilhar com o mapa geográfico que, ao contrário, apresenta uma visão sinóptica e transversal do espaço, através da deslocação do olhar? Contudo, da Antiguidade aos nossos dias, a percepção do lugar oscilou sempre entre o *genius loci* e a representação cartográfica, imaginário do lugar e topografia, num tecido complexo de interferências. Toda uma ontologia do lugar se encontra questionada através da história do *genius loci*, bem como das suas mobilidades e derivas, desde a errância dos sofistas gregos a Gilles Deleuze, que escreveu em “Rizoma”: “nunca criar raízes, nem plantá-las”. **

Ou seja, há na nossa cultura uma contínua tensão entre o lugar e o que Marc Augé*** chamou “não-lugar”, entre a aura dos sítios que subjetivamente investimos de uma qualquer “qualidade especial” e a daqueles por que simplesmente passamos, como espaços neutros. Mas o próprio Augé nota

que lugares e “não-lugares” não são duas categorias fixas, mas antes polaridades tendenciais muito genéricas. Realmente, é óbvia a nossa capacidade de, de algum modo, “reaurar” aquilo que antes era percebido como um lugar inócuo, neutro, puramente “funcional” (uma área de serviços de uma autoestrada, ou um centro comercial, por exemplo)... o trabalho transformador/transfigurador da memória e a nossa capacidade de fantasiar (de voltar a emoldurar a realidade segundo novos modos) são imensos. É certamente aí que reside, mesmo, o núcleo das “forças” de que certas filosofias vitalistas falam (e em particular das próprias “pulsões de vida” tematizadas por Freud; e depois genialmente reformuladas por Lacan, entre outros).

Já se vê o quão longe nos leva pensar o lugar, e em particular a desafiante fantasia do “espírito” do lugar****. Os princípios de transversalidade na abordagem, que hoje se exigem, têm obviamente também aqui de ser praticados com rigor, e não ao modo induzido pelo “curto-prazismo” com que tudo se faz, e que é uma mistificação, adequada à sociedade demoliberal em que nos encontramos. O turismo, a sua prática e o seu ideário – que são os do marketing e das “indústrias culturais” em geral - são um exemplo paradigmático disso. Para atrair pessoas aos lugares (conhecidos, menos conhecidos, desconhecidos), o turismo tem de operar um permanente trabalho de invenção de novos destinos (ou de “animação” dos já consagrados) para todos os tipos de consumidores, num afã de produção de “novo” que conduz, como a publicidade, ao esgotamento constante de modelos e sua obcecante reciclagem.

Uma das formas de sedução, ou de despertar o desejo, a nova aura (mais ou menos *kitsch*) , dos lugares (e seu consumo) é dispô-los em sistemas, em “rotas”, e criar dinamismo pela própria itinerância dos visitantes, os novos nómadas.***** A própria Marie-Ange Brayer escreve no ensaio acima citado (p. 31), referindo-se a Judith Barry e à sua tentativa de reabilitação do “génio do lugar” num

determinado contexto, “(...) que ele já não era de ora em diante possível senão através duma prática itinerante do espaço, ligando lugares heterogêneos através de um percurso cartográfico e fazendo apelo a uma pluralidade de memórias: ficcional, histórica, subjetiva, as quais fazem circular o sentido em vários lugares simultaneamente.” Daqui a generalização das práticas de caminhadas e da valorização/gestão dita integrada do património, incluindo as paisagens (culturais, em concreto – mais um termo que a Unesco consagrou). A aura dos lugares é obtida novamente através da itinerância, desloca-se dos “altos lugares” (*hauts-lieux*, lugares de exceção) para a experiência física dos sujeitos imersos nas paisagens e na “diversidade de oferta” (ambiental, histórica, gastronómica, desportiva, etc. – numa palavra, de tonalidade hedonística) que eles proporcionam. Como nas “grandes superfícies” comerciais, afinal. O que importa não é o excepcional, mas sim a diversificação dos produtos para públicos diversificados – o que permite incluir tudo, estando na lógica inclusiva da mercantilização geral do mundo, da experiência e da subjetividade individuais – e na fabricação permanente de novos módulos de experiência e de subjetividade (o que Bernard Stiegler *****chamaria, antes, criticamente, des-subjetivação).

Um lugar, assim, por mais anódino que seja, para ser, ou voltar a tornar-se evento, gerando outros eventos e outros consumos através de sinergias, precisa sobretudo de publicidade, de marketing. Trata-se de uma ideia comercialmente fundamental: “animar” os lugares, como que insuflar-lhes vida através da movimentação de pessoas, muito longe da simples contemplação... que podíamos antes associar aos lugares. Contemplação essa que, evidentemente, era mais vocacionada para elites escolarizadas do que para o turismo contemporâneo de massas (por muito que estas estejam fatiadas em inúmeros grupos e subgrupos diferenciados). Ou seja, o importante está na convocação das

subjetividades, dos desejos, e não tanto em qualquer “essência” ou qualidade especial/distintiva dos lugares.

Mas, evento, fora da sua banalização corrente, é um conceito filosófico importante... e mesmo, é claro, no contexto em que se pode evocar a antiga ideia de “gênio do lugar” - o que implicava imersão do sujeito sensível num determinado território, certa temporalidade, todo um comportamento - e a sua permanente tensão com a forma “militar” e geográfica, cartográfica, cientista, de ver “de cima” o espaço. Quase parece a dicotomia de senso-comum entre “espiritualidade” (a aura do lugar, certa poética que dele emana, o que nele de subtil nos atrai e seduz) e materialidade/funcionalidade (a sua vulgar e comezinha utilização para finalidades correntes).

Evento, por definição, seria antes aquilo que seria totalmente inesperado, improvável, in-expectável, para não dizer impossível; quer dizer, aquilo que não só desfaria a ordem normal das coisas como também a própria forma como essa ordem habitualmente se produz, a moldura dentro da qual surge. Seria uma forma radicalmente imprevista de ocorrer o novo: de certo modo o milagre, para os crentes, ou, se quisermos, na ordem mais laica e materialista, a revolução.

Apoiado na tríplice base da sua formação, a filosofia hegeliana, a psicanálise lacaniana e a tradição marxista, o filósofo esloveno Slavoj Žižek aflora esse tema em toda a sua obra, já muito vasta, mas de forma sintética num livrinho ainda saído este ano (2014), “Event” *****. Como ele acentua, o evento é antes de tudo um problema de causalidade (p. 3): o evento separa o efeito das suas causas. E aliás, de modo geral, como pensou Hegel, as consequências/efeitos postulam de certo modo as suas próprias causas, de forma retroativa (dialéctica). “Em Hegel – escreve Žižek (p. 114) – tudo se torna da ordem do evento: uma coisa é o resultado do processo (evento) da sua própria

emergência [*becoming*], e esta processualidade des-substancializa-a.” Estamos portanto no sentido oposto da ontologia aristotélica “(...) de entidades substanciais providas de qualidades essenciais.” (id., ib, p. 115).

Mas o evento também permite ver a realidade na sua estrutura de fantasia: perda de qualquer eventual harmonia e unidade primordial, que não passam de ilusões retroativas (id., ib., pp. 49 e 50).

Aplicando isso à ideia de “espírito dos lugares”, está bem de ver que esse conceito se conota – como aliás acontece com todo o fôlego que anima a ideia hegemônica de património, incluindo, evidentemente, o natural – com uma visão fantasmática sobre qualquer coisa “que já houve ali”, que caracteriza a essência do sítio, e que se perdeu (harmonia, equilíbrio, etc.).

Ou seja, trata-se de uma narrativa inspirada na ideia de paraíso e queda originais, de matriz cristã. Por outras palavras, perdido o Outro (com letra grande) que foi Deus, o ser humano projetou na ideia de Natureza, ou de Razão, ou de Homem e sua vivência, etc., a sua ânsia desse Grande Outro de que ele necessitou e necessita para ancorar um sentido do mundo. E, dessacralizado este pela própria extensão da racionalidade mercantil a todo o espaço, a ideologia “romântica” e suas derivadas (sempre a outra face da moeda da racionalização moderna) erigiram o fora de tempo, a ruína, o lugar especial... e, depois, simplesmente, qualquer lugar, a lugar provido de aura.

Mostrando a ilusão em que caem tanto o cientismo naturalista moderno como o Budismo (ambos ao perfeito serviço do moderno capitalismo – v. por ex. id., ib., p. 65), o autor conclui que o verdadeiro evento é o evento da própria subjetividade, por muito ilusório que seja, sendo que essa valorização da subjetividade na filosofia ocidental – através nomeadamente de três figuras capitais, Platão, Descartes e Hegel – é ela, também, um, evento em si (id., ib., p. 76).

Em suma, para um lugar se tornar evento, ou melhor, para que um evento possa ocorrer num qualquer lugar, não é apenas necessário que todo um estado de coisas – político, decerto – mude; é necessário que mudem os próprios parâmetros que nos permitem abalizar os factos de mudança, isto é “um momento de mudança decisiva [*turning point*]” que “mude o campo total em que os factos aparecem.” (id., ib., p. 179).

Então sim, quando isso acontecer, perceberemos retrospectivamente como era inevitável: a contingência tornar-se-á necessidade.

* VV. AA. (1993), “Genius Loci”, Paris, E.L.A. La Différence. Livro elaborado por ocasião de uma exposição que teve lugar em Rouen de fins de 1993 a inícios de 1994.

** Deleuze, G., & Guattari, F. (1980), “Mille Plateaux: Capitalisme et Schizophrénie”, Paris, Minuit, p. 34.

*** Augé, Marc (1994), “Não Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade”, Venda Nova, Bertrand Ed.

**** Seria tema para longo ensaio, ou para muitos livros (caso eu dissesse fosse capaz, ou tivesse tempo de os escrever). É que abordar qualquer tema, hoje, implica interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, sob pena de ser “mais do mesmo” conceptual, ou fastidioso recurso a fáceis “links” que apenas produzem efeito “estético” superficial, ao modo dos média.

***** Veja-se por exemplo sobre isto a excelente obra do sociólogo britânico John Urry.

***** Veja-se a obra deste autor francês, discípulo de Derrida, preocupado com a questão da educação na sociedade contemporânea, através da associação que criou, Ars Industrialis, que tem vasto “material” online.

Foi-me dado, uma vez, observar um caso que particularmente me surpreendeu, a mim que “sou já de outra época”: um grupo de pessoas – com boa preparação física – vinha a fazer uma “corrida” (de 100 k, no caso) por montes e vales através de uma linha de destinos patrimoniais. Junto daquele ponto em que me encontrava lá acabaram por passar, mas evidentemente que não podiam abrandar a marcha, nem muito menos parar (provocaria arrefecimento) para ouvir qualquer explicação. De modo que a minha presença ali era totalmente inútil. Os “corredores” passaram por mim como se de uma corrida de bicicletas ou de automóveis se tratasse. No entanto, a própria designação daquela experiência desportiva era alusiva ao património local, para o qual os ditos corredores nem podiam olhar.

***** Curiosamente subtulado “Philosophy in Transit”, e dedicado a “Jela, the event of my life”, Londres, Penguin Books.